Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2020-07-22	
O Secretário da Mesa	
Nelson Peralta (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Nelson Peralta (Assinatura Qualificada) Date: 2020.07.22 13:16:09 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 3839 / XIV (1 .ª)

Assunto: PREVPAP na RTP Porto - Falta de homologação por parte do Ministério das Finanças deixa precários numa situação de vulnerabilidade

Destinatário: Ministro de Estado e das Finanças

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento, através de comunicado, que um grupo de trabalhadores precários, a trabalhar em regime de falso "*outsourcing"* para a RTP-Porto e inscritos no PREVPAP, estariam a aguardar a homologação dos respetivos processos pelo Ministério das Finanças.

De acordo com a informação disponível no referido documento este grupo de precários foi considerado necessidade permanente por parte das Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB), tendo sido reconhecido que o vínculo não era adequado e que se encontravam preenchidos todos os requisitos para a sua integração na RTP. É ainda dada nota que, de acordo com a informação da CAB, quer o Ministério do Trabalho, quer o Ministério da Cultura já teriam homologado os processos.

Na verdade, não é o primeiro caso de denúncias de processos pendentes de regularização por falta exclusiva de homologação por parte do Ministério das Finanças.

O grupo de precários alerta ainda que dada a vulnerabilidade em que se encontram pelo facto de serem trabalhadores em regime de falso "*outsourcing"* têm vindo, nos três últimos anos a ser alvo de represálias através da diminuição dos dias de trabalho e da sua substituição por outros trabalhadores promovida pela empresa de outsourcing que tem colocado estes trabalhadores a fazer turnos seguidos para não recorrer aos seus serviços.

É de salientar, consoante mencionam no documento em apreço, que esta situação se verifica ao arrepio Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2020, de 01/07/2020, que determina a fixação de prazos para a conclusão dos procedimentos referentes ao programa PREVPAP. Ainda que assim não fossem nada justifica que concluída a análise dos processos por parte das CAB seja o Ministério das Finanças a manter situações de precariedade e identificadas como irregulares que colocam os trabalhadores numa situação de enorme desproteção e permeabilidade a práticas assediantes lesivas dos seus direitos e dignidade.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro de Estado e das Finanças as seguintes perguntas:

1. O Ministério das Finanças tem conhecimento desta situação?
2. Qual o motivo para que estes processos estejam pendentes de homologação unicamente por parte do Ministério das Finanças, ultrapassando todos os prazos razoáveis?
3. Em que prazo vai a tutela regularizar esta situação?
4. De que forma pretende assegurar a tutela que os trabalhadores não são lesados em virtude desta falta de homologação dos processos?

Palácio de São Bento, 17 de julho de 2020

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)

JORGE COSTA(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.